

# Sumário

<b>Capítulo 1 ► DIREITO ECONÔMICO E ECONOMIA .....</b>	<b>17</b>
1. História do pensamento econômico.....	17
1.1. Adam Smith (1723-1790).....	17
1.2. David Ricardo (1772-1823) .....	19
1.3. Thomas Robert Malthus (1766-1834).....	19
1.4. Jean-Baptiste Say (1767-1832).....	19
1.5. Karl Marx (1818-1883).....	19
1.6. Léon Walras (1834-1910) .....	21
1.7. John Maynard Keynes (1883-1946) .....	22
1.8. Joseph Alois Schumpeter (1883-1950).....	22
1.9. Milton Friedman (1912-2006) .....	23
2. Direito Econômico .....	23
3. Tipologia dos sistemas econômicos .....	31
4. Sistemas econômicos .....	32
4.1. Capitalismo .....	32
4.2. Socialismo.....	32
5. Liberalismo e intervencionismo.....	33
6. Modalidades de intervenção.....	37
<b>Capítulo 2 ► ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA NO BRASIL .....</b>	<b>41</b>
1. Constituição econômica e ordem jurídico-econômica .....	41
2. Ordem econômica na história constitucional brasileira .....	43
3. Fundamentos da ordem econômica .....	46
3.1. Valorização do trabalho humano.....	46
3.2. Livre-iniciativa.....	47
4. Finalidades ou objetivos da ordem econômica .....	50
4.1. Existência digna .....	50
4.2. Justiça social .....	51
5. Princípios gerais da atividade econômica .....	52
5.1. Princípio da soberania nacional .....	56
5.2. Princípio da propriedade privada.....	57
5.3. Princípio da função social da propriedade .....	58
5.4. Princípio da livre concorrência .....	60
5.5. Princípio da defesa do consumidor.....	64
5.6. Princípio da defesa do meio ambiente .....	68
5.7. Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais .....	73
5.8. Princípio da busca do pleno emprego.....	74
5.9. Princípio do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	75
5.10. Princípios implícitos da ordem econômica.....	81
6. O livre exercício da atividade econômica. Limitações e condicionamentos .....	82
7. Políticas econômicas constitucionais.....	87

7.1. A política urbana .....	87
7.2. A política agrícola e fundiária e da reforma agrária .....	91
8. A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA (LEI Nº 13.874, DE 2019).....	98
8.1. Lei da Liberdade Econômica: alcance, escopo e princípios.....	98
8.2. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica .....	101
8.3. Garantias à livre iniciativa.....	109
8.4. Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (FIARC) .....	112
8.5. Análise de Impacto Regulatório .....	114
8.5.1. O procedimento da Análise de Impacto Regulatório.....	117
8.6. Alterações legislativas decorrentes da Lei da Liberdade Econômica .....	118
<b>Capítulo 3 ► INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA.....</b>	<b>121</b>
1. Exploração da atividade econômica pelo Estado .....	121
2. Empresas estatais.....	125
2.1. Conceito .....	125
2.2. Criação e extinção .....	127
2.3. Regime de pessoal .....	130
2.4. Administração .....	132
2.5. Atos, licitações e contratos .....	139
2.6. Patrimônio .....	145
2.7. Falência .....	146
2.8. Fiscalização pelo Estado e pela sociedade .....	147
2.9. Objeto das empresas estatais.....	149
2.10. Transparência e compliance .....	150
2.11. Especificidades do regime jurídico das estatais que prestam serviços públicos .....	153
2.12. Especificidades do regime jurídico das estatais que desenvolvem atividade econômica .....	156
2.13. Diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista.....	158
2.14. Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).....	163
2.15. Empresas subsidiárias e controladas .....	166
3. Serviços públicos.....	169
3.1. Conceito e classificação.....	169
3.2. Princípios .....	172
3.3. Direitos e deveres dos usuários.....	177
3.4. Aplicação do CDC aos serviços públicos .....	178
3.5. Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei nº 13.460/2017).....	180
3.6. Delegação dos serviços públicos .....	185
3.7. Licitação .....	191
3.8. Cláusulas do contrato de concessão comum .....	193
3.9. Remuneração do concessionário.....	196
3.10. Intervenção do poder concedente .....	200
3.11. Extinção da concessão .....	201
3.12. Reversão dos bens.....	203
3.13. Concessão Florestal.....	204
3.14. Prestação de serviços públicos em regime de parceria com agentes privados.....	204
4. Parcerias Público-Privadas.....	207

4.1. Conceito e princípios.....	207
4.2. Modalidades.....	209
4.3. Características e vedações.....	211
4.4. Licitação.....	213
4.5. Cláusulas contratuais.....	215
4.6. Contraprestação do Poder Público.....	217
4.7. Garantias.....	218
4.8. Sociedade de propósito específico.....	219
4.9. <i>Step-in rights</i> nas concessões comuns e especiais.....	221
4.10. Disposições aplicáveis à União.....	222
5. Monopólios na Constituição Federal de 1988.....	225
<b>Capítulo 4 ► INTERVENÇÃO INDIRETA DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA.....</b>	<b>233</b>
1. Intervenção indireta na Constituição Federal de 1988.....	233
2. Estado regulador.....	237
3. Natureza jurídica e objetivos da Regulação.....	241
3.1. Instrumentos de regulação e de mercado.....	244
4. Regulação e promoção da concorrência.....	245
5. Agências Reguladoras Independentes.....	248
5.1. Atividades.....	253
5.2. Classificação.....	260
5.3. Autonomia administrativa.....	261
5.4. O processo decisório nas Agências Reguladoras.....	269
5.5. Prestação de contas e controle social.....	272
5.6. Teoria da Captura.....	278
6. Agências em espécie.....	281
6.1. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).....	281
6.2. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).....	286
6.3. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).....	290
6.4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).....	295
6.5. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).....	299
6.6. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).....	303
6.7. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – Lei 10.233/2001.....	307
6.8. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) – Lei 10.233/2001.....	311
6.9. Agência Nacional do Cinema (ANCINE).....	313
6.10. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) – Lei 11.182/2005.....	316
6.11. Agência Nacional de Mineração (ANM) – Lei 13.575/2017.....	320
7. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).....	324
7.1. Cide-combustível.....	327
8. Regime jurídico dos recursos naturais.....	329
8.1. Recursos para produção de energia hidráulica.....	330
8.2. Recursos minerais.....	334
8.3. <i>Royalties</i> .....	339
9. Promoção e incentivo ao Turismo.....	344
10. Disciplina do capital estrangeiro.....	345
<b>Capítulo 5 ► DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....</b>	<b>353</b>
1. Origem do Direito da Concorrência.....	353
2. Histórico e fundamento constitucional da defesa da concorrência no Brasil.....	354

2.1. Fundamento constitucional .....	356
3. Extraterritorialidade da Lei 12.529/11.....	358
4. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência .....	360
4.1. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).....	361
4.1.1. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica (TADE).....	363
4.1.2. Superintendência-Geral.....	367
4.1.3. Procuradoria Federal junto ao Cade .....	369
4.1.4. Departamento de Estudos Econômicos.....	370
4.1.5. Gestão Administrativa, orçamentária e financeira do Cade .....	370
4.2. Ministério Público Federal perante o Cade .....	371
5. Infrações da ordem econômica.....	373
5.1. Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa .....	378
5.2. Dominar mercado relevante de bens ou serviços .....	379
5.3. Aumentar arbitrariamente os lucros.....	384
5.4. Exercer de forma abusiva posição dominante.....	385
5.5. Infrações à ordem econômica em sentido estrito .....	387
5.6. Das penas.....	400
5.7. Sinopse do Guia Dosimetria de multas de cartel .....	404
5.7.1. A sanção pecuniária – Multa .....	405
5.7.2. Sanções não pecuniárias.....	408
5.7.3. Da apresentação das informações de faturamento .....	409
6. Controle de concentrações.....	410
6.1. A regra da razão (rule of reason) .....	416
6.2. Sinopse do Guia de Análise de Atos de Concentração não horizontais .....	420
6.2.1. Integrações verticais .....	420
6.2.2. Fusões conglomerais .....	421
6.2.3. Procedimentos para análise de atos de concentração não horizontal .....	423
7. Processo administrativo .....	424
7.1. Processo Administrativo no controle de atos de concentração .....	427
7.2. Inquérito Administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica .....	431
7.3. Processo Administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica .....	432
8. Mecanismos consensuais de solução de controvérsias no direito concorrencial ..	435
8.1. Termo de Compromisso de Cessaçã.....	435
8.2. Sinopse do Guia de Termo de Compromisso de Cessaçã para os casos de cartel.....	436
8.2.1. Da colaboraçã.....	438
8.2.2. Da Contribuiçã pecuniária.....	439
8.3. Acordo de Leniênci.....	443
8.4. Sinopse do Guia de Programa de Leniênci Antitruste do Cade .....	446
8.4.1. Aspectos gerais do Programa de Leniênci Antitruste do Cade .....	446
8.4.2. Fases da negociaçã do Acordo de Leniênci no Cade .....	450
8.4.3. Após a celebraçã do Acordo de Leniênci .....	452
8.4.4. Leniênci Plus .....	453
8.5. Acordos em Controle de Concentraçã.....	454
9. Execuçã judicial das decisões do CADE .....	456
9.1. Intervençã judicial.....	458
10. Sinopse do Guia para a análise da consumaçã prévia de atos de concentraçã	

econômica ( <i>gun jumping</i> ).....	460
10.1. Atividades que podem levar à caracterização da consumação prévia de atos de concentração econômica ( <i>gun jumping</i> ).....	460
10.2. Procedimentos para diminuição do risco de consumação prévia de atos de concentração econômica.....	462
10.3. Possíveis punições em caso de verificação da consumação prévia de atos de concentração econômica .....	463
11. Sinopse do Guia Programas de <i>Compliance</i> .....	465
11.1. <i>Compliance</i> .....	466
11.2. <i>Compliance</i> concorrencial.....	467
12. Remédios antitruste.....	470
<b>Capítulo 6 ► SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E ATIVIDADE BANCÁRIA .....</b>	<b>473</b>
1. Conselho Monetário Nacional (CMN) .....	481
2. Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).....	486
3. Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).....	487
4. Banco Central do Brasil.....	488
4.1. O Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal .....	495
5. Comitê de Política Monetária (COPOM).....	498
6. Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	499
7. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).....	501
8. Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).....	503
9. Banco do Brasil S/A .....	505
10. Caixa Econômica Federal (CEF) .....	506
11. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES) .....	508
12. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) .....	510
13. Fusões e aquisições no Sistema Financeiro Nacional (Cade x Banco Central) .....	511
14. Sistema de pagamentos.....	514
15. Regime de Administração Especial Temporária (RAET) .....	516
16. Acordos de Basileia .....	518
<b>Capítulo 7 ► ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL .....</b>	<b>523</b>
1. Introdução .....	523
2. Sujeitos Econômicos Internacionais.....	525
3. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).....	526
4. Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).....	528
5. Organização Mundial do Comércio (OMC) .....	531
6. Mercosul.....	539
6.1. Origens e evolução .....	539
6.2. Natureza jurídica .....	545
6.3. Propósito, princípios e instrumentos.....	549
6.4. Fontes jurídicas.....	550
6.5. Estrutura .....	555
6.6. Solução de controvérsias .....	557
6.7. Principais tratados .....	562
7. Instrumentos de Defesa Comercial .....	565
7.1. <i>Dumping</i> e <i>Antidumping</i> .....	566
7.2. Medidas de Salvaguarda.....	574
7.3. Medidas Compensatórias.....	580

<b>Capítulo 8 ► DIREITO PENAL ECONÔMICO.....</b>	<b>583</b>
1. Introdução.....	583
2. Crimes contra o mercado de capitais – Lei 6.385/76.....	584
2.1. Manipulação do mercado.....	586
2.2. Uso indevido de informação privilegiada ( <i>insider trading</i> ).....	588
2.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função.....	593
3. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei 7.492/86.....	594
3.1. Bem jurídico tutelado.....	598
3.2. Sujeitos do crime.....	599
3.3. Competência.....	601
3.4. Delação premiada.....	601
3.5. Divulgação de informação falsa ou prejudicialmente incompleta (art. 3º)....	602
3.6. Gestão fraudulenta e gestão temerária (art. 4º).....	603
3.7. Sonegação de informação ou prestação de informação falsa (art. 6º).....	607
3.8. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários (art. 7º).....	608
3.9. Empréstimo ou adiantamento vedados (art. 17).....	610
3.10. Financiamento mediante fraude (art. 19).....	612
4. Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo – Lei 8.137/90.....	615
4.1. Crimes contra a ordem econômica.....	615
4.2. Crimes contra as relações de consumo.....	619
5. Crimes contra a ordem econômica e estoque de combustíveis – Lei 8.176/91.....	625
6. Crimes de lavagem de dinheiro – Lei 9.613/98.....	629
6.1. Autonomia.....	632
6.2. Fases.....	634
6.3. Sujeitos do crime, tentativa e penas.....	636
6.4. Competência.....	639
6.5. Procedimento.....	640
6.6. Efeitos da condenação.....	641
6.7. Delação premiada.....	642
6.8. Ação controlada.....	644
6.9. Mecanismos de controle.....	644
<b>SÚMULAS RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO.....</b>	<b>649</b>
<b>SÚMULAS DO CADE.....</b>	<b>655</b>
<b>TESES DO STJ RELACIONADAS AO DIREITO ECONÔMICO.....</b>	<b>657</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>663</b>